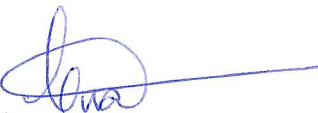




Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

LIDÃO NA SESSÃO DIA
07 / 04 / 2024
1º Secretário

PROTOCOLO		<p>APROVADO VAI AO EXPEDIENTE Em 02 / 05 / 2024 1º Secretário</p>
		REQUERIMENTO Nº 1101/24
AUTORA: DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS		
<p>REQUER à Mesa Diretora, Voto de Louvor em homenagem a Associação das Escolas Família Agrícola – AEFARO, fundada no ano de 1992, com sede em Ji-Paraná/RO, pelos relevantes serviços prestados e pela implementação da pedagogia da alternância como inovação social na educação do campo no estado de Rondônia.</p> <p>A Parlamentar que ao presente subscreve, nos termos regimentais desta Casa de Leis, REQUER à Mesa Diretora, Voto de Louvor em homenagem a Associação das Escolas Família Agrícola – AEFARO, fundada no ano de 1992, com sede em Ji-Paraná/RO, pelos relevantes serviços prestados e pela implementação da pedagogia da alternância como inovação social na educação do campo no estado de Rondônia.</p> <p>A homenagem deverá ocorrer durante a Edição 2024, da Rondônia Rural Show, em Ji-Paraná/RO.</p> <p>Plenário das Deliberações, 30 de abril de 2024.</p> <p> CLÁUDIA DE JESUS DEPUTADA ESTADUAL – PT/RO</p>		



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO			
		REQUERIMENTO	Nº

AUTORA: DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS

JUSTIFICATIVA

Nobres pares,

A proposta que está sendo apresentada, em consonância com Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER Voto de Louvor para homenagear a Associação das Escolas Família Agrícola – AEFARO, fundada no ano de 1992, com sede em Ji-Paraná/RO, pelos relevantes serviços prestados e pela implementação da pedagogia da alternância como inovação social na educação do campo no estado de Rondônia.

Molina (2015, p. 382), destaca que a “Educação do Campo é muito mais ampla do que a educação escolar” no sentido de que não se restringe ao espaço escolar. Ainda, como bem salientou a Profa. Roseli Caldart, trata-se de “uma educação que seja no e do campo: No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humana e sociais.” (CALDART, 2002, p. 18).

Neste cenário, a universalidade do direito à educação deve incorporar a sua contextualização e respeitar as diferenças dos povos do campo (COSTA e CABRAL, 2016), ou seja, não é apenas o acesso à educação, mas também respeitar as particularidades identitárias desses sujeitos. Um pressuposto que é explicitado na Lei nº 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), mas somente tornou-se mais visível com a realização, em 1998, da 1ª Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, “considerada um marco para o reconhecimento do campo, enquanto espaço de vida e de sujeitos que reivindicam sua autonomia e emancipação” (SANTOS, 2017, p. 216), que também possibilitou a criação da Articulação Nacional por uma Educação do Campo.

Na década de 1960, foram implantados projetos de colonização da região Norte do país conduzidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que continuaram na década de 1970 e 1980. Por meio desses projetos ocorreu o deslocamento de um significativo contingente populacional, oriundo da área rural das regiões sul e sudeste, que, em Rondônia ocuparam primeiramente os povoados de Ouro Preto, Cacoal, Colocado do Oeste e Ariquemes (ALMEIDA, 2009; OLIVEIRA, 2001).




Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO	REQUERIMENTO Nº
AUTORA: DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS	
<p>Essa população foi atraída com o objetivo de preencher o “vazio” da região Amazônica durante os governos militares, vislumbrando obter a posse da terra. Muitas dessas pessoas, no entanto, acabaram alocadas como mão de obra pelos grandes projetos de mineração, extrativismo e agropecuária. Outra parte se dedicou à agricultura familiar em condições precárias, ficando Rondônia conhecida historicamente pelas condições subumanas e de pobreza em que viviam essas famílias nas zonas rurais do estado (VALADÃO; ANDRADE, 2016), que além de a miséria, vivenciavam cotidianamente conflitos em sua luta pela posse da terra (ALMEIDA, 2009).</p> <p>Esses agricultores e suas famílias somente podiam contar com as organizações sociais que se instalaram na região, mais especificamente, as Comunidade Eclesiais de Base (CEB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligadas à Igreja Católica, e os sindicatos de trabalhadores rurais. No contexto de carências vivido, os agricultores familiares acalentavam o sonho de ter próximo de si uma escola para os seus filhos. Em 1983, são estabelecidos os primeiros contatos com o MEPES no Espírito Santo e com a liderança da CPT e das CEBs começou a ser disseminada a proposta da Pedagogia da Alternância entre as comunidades rurais e suas lideranças.</p> <p>No entanto, foi somente em 1986, com a coordenação da paróquia de Cacoal e o Sindicato de Trabalhadores Rurais que se iniciou o processo para a implantação das EFAs em Rondônia. Para isso, foi preciso estabelecer parcerias para receber recursos financeiros e capacitação de pessoal, cabendo à Diocese de Ji-Paraná a função de entidade mantenedora das quatro EFAs a serem implantados no estado de Rondônia.</p> <p>Em 1987, começou a construção da primeira Escola Família Agrícola, denominada Padre Ezequiel Ramin, localizada no município de Cacoal, sendo enviados para formação no Centro de Formação do MEPES, os primeiros quatro candidatos a monitores. As ações, deslocamentos e negociações iniciados em 1983 começam a dar frutos e a Diocese de Ji-Paraná se tornou o ponto de passagem obrigatória para translação da Pedagogia da Alternância. em Rondônia. No ano de 1988, começou a construção da segunda EFA no município de Ouro Preto D'Oeste, atualmente, Vale do Paraíso. Em 1989, iniciou a construção da EFA Itapirema e a EFA Padre Ezequiel Ramin foi inaugurada, enquanto a inauguração da EFA Vale do Paraíso ocorreu em 1990.</p>	

Cláudia



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO			
		REQUERIMENTO	Nº
AUTORA: DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS			
<p>Os anos noventa começaram em 1991 com a inauguração da EFA Itapirema no município de Ji-Paraná e a construção da quarta EFA no município de Novo Horizonte, denominada Chico Mendes e as associações locais das famílias e os representantes da Diocese tinham formado os conselhos administrativos da quatro EFAs. Nesse mesmo ano foi criada a Associação das Escolas Família Agrícola de Rondônia (AEFARO), sendo a EFA Chico Mendes foi inaugurada em 1992.</p> <p>A AEFARO foi dirigida por um pároco até 1994, quando foi eleito um agricultor como presidente. Na mesma época, a responsabilidade das associações das famílias aumentou consideravelmente e a AEFARO passou a ser entidade mantenedora das escolas, porém, nesse mesmo período, acabou o financiamento das EFAs de Rondônia com recursos advindos da parceria com AES, em 1995.</p> <p>O sonho dos agricultores havia se concretizado com a construção das escolas e o início de suas atividades, no entanto, começava um novo desafio, encontrar novas formas de financiamento para garantir o seu funcionamento. Os atores indispensáveis e os pontos de passagem obrigatórios começam a se transformar.</p> <p>A AEFARO, representando às associações locais das famílias, assume o protagonismo nas translações para solucionar a ausência de educação rural em Rondônia, sendo o seu maior desafio conseguir recursos. Tem desempenhado um papel fundamental até os dias de hoje.</p> <p>Neste sentido, é oportuno homenagear tão importante iniciativa, na oportunidade da Edição 2024 da Rondônia Rural Show, em Ji-Paraná/RO.</p> <p>Pela relevância do pedido, conto com o apoio dos nobres pares na aprovação da matéria.</p> <p>Plenário das Deliberações, 30 de abril de 2024.</p>			
<div> CLÁUDIA DE JESUS DEPUTADA ESTADUAL – PT/RO</div>			